

## OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº. 205

Período: 01/04/06 a 07/04/06

França – Brasil

- 1-Waldir Pires assume o Ministério da Defesa
- 2-Regime militar é relembrado pelos 42 anos de sua instauração e documentos confidenciais da época começam a ser abertos à consulta
- 3-Chefe do Comando Militar do Leste repreende subordinados por ataques a quartéis e Justiça Militar recebe inquérito a respeito do roubo de armas
- 4-General Domingo Curado é acusado de não cooperar com o Ministério Público Federal
- 5-Troca de tiros culmina na prisão de colombianos pelo Exército
- 6-Jornal norte-americano confirma que dinheiro proveniente da Tríplice Fronteira é utilizado para financiar grupos terroristas
- 7-Auditoria Militar Federal apurará morte de fuzileiro

### 1- Waldir Pires assume o Ministério da Defesa

Os jornais *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* informaram que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, escolheu Waldir Pires, da Controladoria Geral da União (CGU), para dirigir o Ministério da Defesa, em substituição ao vice-presidente José Alencar, que saiu da pasta para disputar as eleições de outubro. Pires, um exilado político durante o regime militar brasileiro (1964-1985), assumiu o comando das três Forças Armadas e já recebe pressão das tropas para que se aumente o orçamento da pasta, que recebeu apenas 4,4 dos 10,8 bilhões de reais reivindicados. Com isso, teme-se que os programas e ações do Ministério da Defesa sejam fortemente prejudicados. Segundo o jornal *O Globo*, a falta de recursos pode obrigar o governo a retirar as tropas brasileiras que atuam na Missão de Paz das Nações Unidas no Haiti, suspender o Programa Antártico, congelar o programa nuclear e postergar recém ativado Projeto Rondon. Em meio a dificuldades, Waldir Pires também enfrentou uma polêmica. No dia do aniversário de 42 anos da instauração regime militar no Brasil, iniciado em 31 de março de 1964, que resultou na instituição de um autoritarismo político, o Exército, através da sua Ordem do Dia, assinada pelo seu comandante, o general Francisco Roberto de Albuquerque, exaltou a data controversa, salientando o orgulho pelo passado atuante da Força, em clara alusão à participação do Exército naqueles acontecimentos. O novo ministro, para abrandar a situação, em declaração, procurou não confrontar a nota do Exército, dizendo respeitar a posição de quem apoiasse o regime militar. Por outro lado, além de afirmar que o Ministério da Defesa somente daria um passo importante para a consolidação da democracia a partir do compromisso pacífico das Forças Armadas, declarou que a história do Brasil deveria vislumbrar a consolidação da soberania popular, a idéia de liberdade e a garantia dos direitos dos cidadãos. O jornal *O Globo* noticiou que as declarações de Albuquerque tiveram grandes repercussões na Câmara dos Deputados, principalmente na Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos. Para o presidente desta comissão, Augustino Veit, o comandante do Exército deve ser

substituído caso não reveja seu posicionamento. Veit afirmou que o ocupante deste cargo deve acompanhar o pensamento da sociedade. Em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, o general Albuquerque afirmou que a interpretação da Ordem do Dia foi deturpada, e que a intenção era enaltecer a democracia, a integração, união e conciliação do Exército com a sociedade. Albuquerque informou que a nota havia sido encaminhada a José Alencar, então ministro da Defesa, e que este não vislumbrou nenhum equívoco. Além disso, o general explicou que, pelo fato da nota ter sido elaborada 15 dias antes de seu pronunciamento, não houve a intenção de constranger o novo ministro da Defesa, Waldir Pires. Mesmo com um currículo que inclui atividades no governo deposto de João Goulart, a nomeação de Pires foi recebida com alívio por generais, brigadeiros e almirantes, que temiam a escolha de Tarso Genro (Partido dos Trabalhadores), ex-trotskista visto como radical pelos militares. (Folha de São Paulo – Brasil – 01/04/06; Jornal do Brasil – Brasil – 01/04/06; O Estado de S. Paulo – Nacional – 01/04/06; O Estado de S. Paulo – Nacional – 02/04/06; O Globo – O País – 01/04/06; O Globo – O País – 02/04/06).

## 2- Regime militar é lembrado pelos 42 anos de sua instauração e documentos confidenciais da época começam a ser abertos à consulta

Na semana em que se completam 42 anos da instauração do regime militar brasileiro (1964-1985), Emir Sader publicou artigo no *Jornal do Brasil* afirmando que “dificilmente um país que não acerta contas com seu passado pode olhar de frente para seu presente”. Na visão de Sader, a ditadura militar foi um regime “monstruoso”, que destruiu todo arcabouço democrático do Brasil, e nenhum dos responsáveis pelas atrocidades cometidas foi punido. O articulista enfatizou que, além de torturas, seqüestros e prisões arbitrárias, esta época significou uma guinada do modelo econômico de desenvolvimento, quando o capital estrangeiro e as grandes corporações dominaram a agenda, fato que culminou na virada mais concentradora de rendas que o país já viveu. Também em relação ao regime militar, o jornal *O Estado de S. Paulo* obteve acesso a alguns arquivos considerados secretos durante aquele período e que recentemente foram transferidos da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para o Arquivo Nacional em Brasília. Segundo o jornal, um dos relatórios, elaborado pelo Centro de Informações do Exército, em julho de 1987, revela a preocupação dos militares com as ações do Partido dos Trabalhadores (PT). O relatório, de autoria dos setores da inteligência no governo do presidente José Sarney, após a abertura do regime, aponta que o PT, ligado a “organizações subversivas”, defendia a luta armada e poderia utilizar-se deste tipo de ação a fim de derrubar a burguesia, conquistar o poder e instaurar um regime socialista. O petista Luiz Eduardo Greenhalgh, deputado e presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, analisou o relatório em tom de ironia, afirmando que os agentes de inteligência tinham dificuldades para contextualizar as informações, como no caso do polêmico relatório, transmitindo uma avaliação errônea das atividades do PT. Segundo *o Estado*, outros arquivos secretos abertos recentemente mostram que o Serviço Nacional de Informações (SNI) vigiou clandestinamente o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva quando este era líder sindical e dirigente do PT. Os documentos comprovam que a viagem do então líder sindical ao Rio Grande do Sul foi monitorada por agentes federais. Outros relatórios também revelam que os militares acompanharam com insatisfação o lançamento do Movimento

Tortura Nunca Mais, responsável pela denúncia pública de casos de torturas e de desaparecimentos durante a ditadura militar *O Estado de S. Paulo* também noticiou que o regime militar usou seu aparato de espionagem, com infiltrações, campanhas e colaborações externas, para acompanhar os passos de exilados que voltavam ao Brasil em 1979, beneficiados pela Lei da Anistia e impedir seu retorno às atividades profissionais e ao convívio nacional. De acordo com os dossiês do Serviço Nacional de Informação (SNI), também disponibilizados no Arquivo Nacional, "os anistiados (...) têm externado seus propósitos de continuar engajados na luta política de oposição ao regime". A vigilância era maior com os ex-militantes de organizações clandestinas de esquerda, cujos endereços pessoais e de seus familiares foram mapeados permanentemente. Além disso, Organizações Não-Governamentais (ONGs) e organizações sociais também foram vigiadas, pois o regime acreditava que estas mantinham ligações com "organizações subversivas" e desenvolviam "atividades de infiltração e mobilização". Leonel Brizola foi quem mais causou apreensão aos órgãos de repressão. O SNI monitorou todos os seus passos (e os passos de seus seguidores no Uruguai) na preparação para o retorno ao Brasil. O relatório A0038258 descreve que "esquerdistas brasileiros já anistiados e possuidores de passaporte, porém ainda residentes no Uruguai, têm procurado Leonel Brizola (...) para tratar da obtenção de fundos para o retorno, em massa, dos subversivos brasileiros radicados em Montevidéu". São relatos alarmistas: "Embora anistiados, persiste a periculosidade de determinados elementos, em particular daqueles envolvidos anteriormente na luta armada", diz um deles. *O Estado* informou que, de fato, isso faz sentido, afinal a volta dos anistiados acelerou a redemocratização de várias formas. Os movimentos de direitos humanos elogiaram a abertura progressiva dos arquivos secretos da ditadura, mas alegam que os documentos mais importantes que poderiam ajudar na localização dos desaparecidos ainda permanecem sob o controle das Forças Armadas. (*O Estado de S. Paulo* – Nacional – 02/04/06; *O Estado de S. Paulo* – Nacional – 03/04/06; *O Estado de S. Paulo* – Nacional – 04/04/06; *Jornal do Brasil* – Colunas – 02/04/06).

### 3- Chefe do Comando Militar do Leste repreende subordinados por ataques a quartéis e Justiça Militar recebe inquérito a respeito do roubo de armas

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o general Domingos Curado, chefe do Comando Militar do Leste (CML) – representação do Exército no Rio de Janeiro –, divulgou nota no site da instituição criticando a falta de pronta-resposta dos militares a ataques do crime organizado aos seus quartéis e, ainda, afirmou que operações, como as realizadas nas favelas da capital carioca para recuperar armamento furtado das Forças Armadas, seriam de alto-risco tanto para as tropas como para a instituição. A mensagem do general Curado foi uma espécie de repreensão a seus subordinados, e serviu para evidenciar sua insatisfação com a ineficácia da corporação em repelir ataques a unidades militares e com a falta de compreensão dos próprios militares sobre a importância da segurança de suas instalações. Para Curado, as ações preventivas por parte da corporação, respaldadas em planos de segurança efetivos, seriam a melhor opção para o cumprimento da missão constitucional do Exército. Com relação ao roubo das armas do Estabelecimento Central de Transportes (ECT) do CML, os jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* informaram que o Inquérito Policial-Militar (IPM) que apurou o assunto foi enviado pelo exército à Justiça Militar no dia 03/04/06. De

acordo com o Ministério Público Militar, os indiciados pelo assalto são quatro: dois ex-militares (o ex-soldado Carlos Leandro de Souza e o ex-cabo Joelson Basílio da Silva) já presos, um sargento da ativa (Humberto Freire) detido e liberado em seguida, e um civil cujo nome não foi revelado. Segundo o IPM, o bando pretendia vender os dez fuzis roubados para traficantes por R\$ 13 mil cada um. Existe um quinto integrante, responsável por levar os criminosos de carro ao quartel, mas que ainda não foi identificado. Os promotores terão cinco dias para decidir se vão oferecer denúncia contra os indiciados. Ainda de acordo com a *Folha de S. Paulo*, o Ministério Público Federal (MPF) foi proibido de prosseguir com as investigações a respeito das denúncias de moradores dos morros ocupados pelo exército no mês de março. Segundo estes, o Exército cometeu atos de violação aos direitos humanos contra a população das favelas, como espancamentos, ameaças, invasão de casas e toque de recolher. A ação que proíbe o MPF de continuar com o trabalho foi perpetrada pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, alegando que não foram encontrados indícios suficientes de que os militares cometeram tais crimes. (Folha de S. Paulo – Brasil – 01/04/06; Folha de S. Paulo - Cotidiano - 05/04/06; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 04/04/06; O Globo – Rio – 04/04/06).

#### 4- General Domingo Curado é acusado de não cooperar com o Ministério Público Federal

O Ministério Público Federal (MPF) denunciou o comandante militar do Leste Domingo Carlos de Campo Curado à Justiça Federal sob a acusação de se negar a fornecer documentos a procuradores da República. A denúncia foi feita pelo procurador Orlando Monteiro da Cunha, que afirma que o comandante Curado desrespeitou a Lei de Ação Civil Pública, cujo artigo 10 informa que “constitui crime, punido com pena de reclusão de um a três anos, mais multa, a recusa, o retardamento ou a omissão de dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil, quando requisitados pelo Ministério Público”. Esses documentos se referem à ação do Exército no morro da Providência, favela do centro do Rio de Janeiro e seriam necessários à investigação aberta pelo MPF que pretende inferir se houve ou não desrespeito aos direitos humanos pelos militares nessa região. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 06/04/06; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 06/04/06).

#### 5- Troca de tiros culmina na prisão de colombianos pelo Exército

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, ocorreu no dia 05 de abril uma troca de tiros entre soldados do Exército brasileiro e supostos guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), em Cucuí, no Amazonas. O local é estratégico para o Exército por ser fronteira entre Brasil, Colômbia e Venezuela. Segundo o tenente-coronel Alex Vander, um grupo de colombianos navegava pelo Rio Negro numa lancha, quando soldados brasileiros ordenaram que a embarcação parasse, dando voz de prisão. Os colombianos não respeitaram a ordem e atiraram contra os soldados, o que deu início a uma troca de tiros. Com o envio de reforços pelo Exército, houve a prisão de dois colombianos e a apreensão de três fuzis, uma pistola, um revólver, munição e de grande quantidade de moeda nacional e estrangeira (euros, dólares, reais, pesos colombianos e bolívares venezuelanos). Investigações do Exército afirmam

que os colombianos estavam utilizando território brasileiro como rota de drogas. Porém, a confirmação de que eles pertencem às Farc ainda depende de outras investigações, como afirmou o Comando Militar da Amazônia. Temendo uma retaliação ou resgate dos colombianos presos, os soldados da unidade enfrentaram uma noite de alerta máximo na segurança. Além disso, o Exército reforçou a tropa de militares no local. (Folha de S. Paulo – Mundo – 06/04/06; Folha de S. Paulo – Brasil – 07/04/06; O Estado de S. Paulo – Nacional – 07/04/06; O Globo – O País – 07/04/06).

#### 6- Jornal norte-americano confirma que dinheiro proveniente da Tríplice Fronteira é utilizado para financiar grupos terroristas

De acordo com o *Jornal do Brasil*, o periódico norte-americano *The New York Post* noticiou que a promotoria de Nova York interceptou uma operação financeira no montante de três bilhões de dólares e afirmou que este dinheiro era proveniente da Tríplice Fronteira, região situada entre Brasil, Argentina e Paraguai, sendo conseguido através de atividades ilegais, como o tráfico de drogas. O jornal afirmou ainda que o dinheiro seria enviado a grupos terroristas no Oriente Médio, como a Al Qaeda, o Hamas e o Hezbollah. No Brasil, autoridades do Ministério da Justiça não deram tanta atenção à notícia, alegando sensacionalismo e justificando que não há denúncias oficiais por parte do governo norte-americano que confirmem tal reportagem. Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, recentemente, o governo brasileiro passou a cooperar com os Estados Unidos para combater o tráfico na região da Tríplice Fronteira, passando a acreditar na hipótese do dinheiro ilícito ser utilizado para financiar atividades de grupos terroristas. (Folha de S. Paulo - Mundo - 05/04/06; Jornal do Brasil - Internacional - 05/04/06; O Estado de S. Paulo - 05/04/06; O Globo - O Mundo - 05/04/06).

#### 7- Auditoria Militar Federal apurará morte de fuzileiro

O jornal *O Estado de S. Paulo* informou que a morte do fuzileiro naval Marcelo Magno Almeida no Centro de Instruções Almirante Braz Aguiar (Ciaba), em Belém, será investigada pela Auditoria Militar Federal. A família do fuzileiro não aceitou a versão dada pela Marinha, de que Almeida apresentava problemas de saúde. Segundo integrantes do próprio corpo naval que estavam presentes, Almeida dava sinais de exaustão, e mesmo assim os instrutores não interromperam a atividade. A Marinha informou que os integrantes do Ciaba não são submetidos a exercícios excessivos. (O Estado de S. Paulo - Metrópole - 05/04/06)

#### **SITES DE REFERÊNCIA:**

Folha de S. Paulo – [www.folha.com.br](http://www.folha.com.br)

Jornal do Brasil – [www.jb.com.br](http://www.jb.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estado.com.br](http://www.estado.com.br)

O Globo – [www.oglobo.com.br](http://www.oglobo.com.br)

\*Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo integral de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão *on line*. No

entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil podem solicitá-las a [observatorio@franca.unesp.br](mailto:observatorio@franca.unesp.br)

**\*\*O Informe Brasil** é uma produção do **Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES)** do Centro de Estudos Latino-Americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Franca/SP, sob coordenação do Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre.

**\*\*\*Equipe:**

Alexandre K. Yasui Matsuyama (Redator, graduando em Relações Internacionais); Ana Paula da Silva (Redatora, graduanda em História); André Marron (Web master, graduando em Relações Internacionais); Carla Rubacow (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História); Juliana Bigatão (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, Bolsista FAPESP); Leonardo Soares de Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais) e Maíra Bichir (Redatora, graduanda em Relações Internacionais).

**\*\*\*\*** As informações aqui reproduzidas são de inteira propriedade dos jornais.